

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E
CONTABILIDADE DE RIBEIRÃO PRETO**

VITTOR FANTONI AMARAL

**POLÍTICAS DE ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA EM
ESCOLAS DE NEGÓCIO**

Orientadora: Profa. Dra. Luciana Romano Morilas

Ribeirão Preto

2021

Prof. Dr. Vahan Agopyan
Reitor da Universidade de São Paulo

Prof. Dr. André Lucirton Costa
Diretor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão
Preto

Prof. Dr. Jorge Henrique Caldeira de Oliveira
Chefe do Departamento de Administração

VITTOR FANTONI AMARAL

**POLÍTICAS DE ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA EM
ESCOLAS DE NEGÓCIO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Bacharel em Administração.

Orientadora Profa. Dra. Luciana Romano Morilas.

Ribeirão Preto

2021

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo da Publicação

Faculdade de Administração, Economia e Ciências Contábeis de Ribeirão Preto
Universidade de São Paulo

Amaral, Vittor Fantoni.

Políticas de acessibilidade para pessoas com deficiência em
escolas de negócios

Orientadora: Prof. Dra. Luciana Romano Morilas

Projeto de Monografia apresentado à Faculdade de Economia,
Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo
para aprovação na disciplina Trabalho de Conclusão de Curso
II

Nome: Amaral, Vittor Fantoni

Título: Políticas de acessibilidade para pessoas com deficiência em escolas de negócios

Monografia apresentada à Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo para aprovação na disciplina Trabalho de Conclusão de Curso II.

Orientadora: Prof. Dra. Luciana Romano Morilas

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr.:

Julgamento:

Assinatura:

Prof. Dr.:

Julgamento:

Assinatura

Prof. Dr.:

Julgamento:

Assinatura:

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a minha mãe, Liliane, que me colocou no mundo e, junto com meu pai, Nildson, e minha família, investiram muito amor, tempo, carinho e dinheiro para que fosse possível eu chegar até aqui. Reconheço os privilégios que tive durante minha caminhada e assumo o compromisso de fomentar oportunidades para que mais pessoas possam ter acesso a uma educação de qualidade.

Agradeço a República SOS pelos amigos que colocou em minha vida. Todos foram muito importantes para a construção da minha pessoa, com vivências intensas que incluem debates, grande suporte e muito amor. Aprendi a dividir a vida com eles e tive a oportunidade de me conhecer melhor, assim como o mundo ao meu redor.

Agradeço a todas as pessoas que passaram pela minha vida durante o tempo da faculdade e que de alguma forma contribuíram para tornar minha jornada mais leve, feliz e enriquecedora. Deixo aqui um agradecimento especial para Débora e as repúblicas: Sueca e VDN. Vocês, assim como as pessoas que morei, me ensinaram muito e me ofereceram amizade, carinho e amor que não tenho meios para mensurar.

Agradeço, por fim, à banca examinadora e à Prof. Dra. Luciana Romano Morilas, por todo empenho depositado em mim e por ter me auxiliado na concretização do tema escolhido. Professora excepcional e admirada dentro da FEA-RP que, além de minha orientadora, se tornou uma grande amiga.

RESUMO

AMARAL, V. F. **Políticas de acessibilidade para pessoas com deficiência em escolas de negócios**. 2021. X f. Monografia (Graduação) – Faculdade de Administração, Economia e Ciências Contábeis de Ribeirão Preto, Ribeirão Preto, 2021.

O acesso à educação é um direito básico de todos, mas negligenciado às pessoas com deficiência (PCD). O acesso à educação, como ferramenta de capacitação do indivíduo para ingressar no mercado de trabalho, é essencial para a inserção de qualquer sujeito na sociedade. Objetiva-se apresentar possíveis diretrizes para políticas de acessibilidade em escolas de negócios. Foram avaliados os sites dos 74 parceiros internacionais da FEA-RP em 2020, dos quais apenas 8 apresentaram políticas de acessibilidade. A análise avalia as ações conforme os 7 tipos de acessibilidade (SASSAKI, 1997), listando cada iniciativa, o que permitiu propor diretrizes a serem aplicadas em uma política de acessibilidade para instituições de ensino. É difícil encontrar um modelo de políticas de acessibilidade perfeito, ideal a ser seguido. O tema demanda uma visão macro, para englobar todos os tipos de PCD, mas também uma visão micro, para atender as demandas e peculiaridades de cada caso. Por isso, torna-se necessário um olhar cuidadoso e atencioso para definir as diretrizes de um plano de políticas de acessibilidade funcional e que respeite as individualidades.

PALAVRAS-CHAVE: acessibilidade; universidade; escolas de negócio; PCD

ABSTRACT

Access to education is a basic right for all, but it is neglected for persons with disability (PCD, in Portuguese). As a tool for preparing individuals to access the labor market, access to education is critical for social integration. This study aims to present possible guidelines for accessibility policies in business schools. The websites of the 74 international partners of the FEA-RP in 2020 were evaluated, of which only 8 presented accessibility policies. The analysis rates the procedures according to the 7 types of accessibility (SASSAKI, 1997), listing each initiative, which helped proposing guidelines to be applied in an accessibility policy for educational institutions. It is difficult to find a perfect, ideal model to be followed as “the” accessibility policy. The theme demands a macro view, to encompass all types of PCD, but also a micro view, to fulfill the demands and singularities of each case. Therefore, a careful and thoughtful glance is necessary to define the guidelines of a functional accessibility policy plan that also respects individualities.

KEYWORDS: accessibility; University; business schools; business; disabled persons

LISTA DE SIGLAS

PCD: pessoa com deficiência

PSD: pessoa sem deficiência

ODS: objetivos de desenvolvimento sustentável

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

GW: Grupo de Washington

ONU: Organização das Nações Unidas

OMS: Organização Mundial da Saúde

Caged: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

INES: Instituto Nacional de Educação de Surdos

APAE: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

CDPD: Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência

PF: Protocolo Facultativo

FEA-RP: Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto

FERPA: Direitos e Privacidade da Educação da Família

Lista de figuras:

Gráfico 1: População residente, por tipo de deficiência

Gráfico 2: População residente, por tipo de deficiência acentuada

Gráfico 3: População residente, por tipo de deficiência, segundo a situação do domicílio

Gráfico 4: Pessoa de 15 anos ou mais de idade, com pelo menos uma das deficiências investigadas, segundo nível de instrução

Gráfico 5: Pessoa de 15 anos ou mais de idade, sem nenhuma das deficiências investigadas, segundo nível de instrução

Gráfico 6: Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por existência ou não de pelo menos uma das deficiências investigadas e situação de ocupação na semana de referência

Lista de tabelas

Tabela 1: População residente, por existência ou não de pelo menos uma das deficiências investigadas e frequência à escola ou creche.

Tabela 2: Pessoas de 5 anos ou mais de idade, por tipo de deficiência e alfabetização.

Tabela 3: Edifícios com acesso sem barreiras da Eberhard Karls Universität Tübingen, Alemanha

Tabela 4: Esquematização para a construção de uma política de acessibilidade

Sumário

1 Introdução e justificativa	13
2 Objetivos	14
2.1 Objetivo geral	14
2.2 Objetivos específicos	15
3 Fundamentação teórica	15
3.1 Caracterização da pessoa com deficiência no Brasil	15
3.2 As dificuldades das PCDs	22
3.3 Legislação	24
3.4 Tipos de acessibilidade	28
4 Metodologia	29
5 Resultados	33
5.1 Acessibilidade arquitetônica	34
5.2 Acessibilidade metodológica	37
5.3 Acessibilidade instrumental	39
5.4 Acessibilidade comunicacional	41
5.5 Acessibilidade atitudinal	42
5.6 Acessibilidade programática	43
5.7 Acessibilidade natural	46
5.8 Proposições	47
6 Conclusões	50
Referências	52

1 Introdução e justificativa

No Brasil, segundo o Censo IBGE 2010, 23,9% da população, aproximadamente 45 milhões de pessoas, mencionaram apresentar alguma dificuldade funcional. Nesse total estão considerados todos os tipos e graus de deficiência, de acordo com o desempenho nas atividades rotineiras: alguma dificuldade, grande dificuldade ou incapacidade para caminhar, para subir escadas, para ouvir ou que apresente deficiência mental/intelectual (IBGE,2012)

Considera-se pessoa com deficiência (PCD) aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas, de acordo com o Art. 2º da Lei N° 13.146, de 6 de julho de 2015. (Brasil, 2015)

A lei prevê o direito de igualdade, porém, atualmente, o maior desafio é seu cumprimento. São necessárias políticas de Estado com ações concretas e permanentes, com provisões de acessibilidade em todas as áreas com fiscalização e responsabilização dos agentes públicos e da também da sociedade pelos atos de discriminação do cotidiano. A inexistência de calçadas e transportes acessíveis, a falta de intérpretes de Libras, a recusa de matrícula nas escolas e a resistência à contratação para o trabalho exemplificam o problema em pauta.

Segundo o INEP (2016), de 2004 à 2014, as matrículas de PCDs no ensino superior aumentaram 518,66% - ainda assim, representam apenas 0,42% de todas as vagas. É recente o interesse das universidades por incluir pessoas tradicionalmente alijadas do ensino superior, como os negros e as PCDs. Tendo em vista esse aumento expressivo do número de PCDs nas universidades, elas devem se preparar para auxiliar essas pessoas e eliminar quaisquer barreiras que prejudiquem o acesso à educação.

A inserção das PCDs no mercado de trabalho gera desenvolvimento econômico, além da inclusão social e da quebra de barreiras atitudinais. Barreiras atitudinais são atitudes e/ou comportamentos preconceituosos perpetuados ao longo do tempo que impedem o acesso aos ambientes, bem como os relacionamentos e convívio das pessoas com deficiência com a sociedade, sejam intencionais ou não. A capacitação profissional pode ser usada como ferramenta para, posteriormente, permitir o ingresso ao mercado de trabalho. Portanto, é de

extrema urgência que as escolas e universidades estejam aptas para atendê-los de forma humanizada e inclusiva, fazendo cumprir a Lei N° 13.146, de 6 de julho de 2015.

O Estado é o responsável por criar ações afirmativas para promover a inclusão socioeconômica de populações historicamente privadas do acesso a oportunidades. O que permite pessoas de origens distintas alcançarem espaços de influência no âmbito educacional, político, econômico, socioprofissional e cultural. Não se trata de concessão de benefícios ou privilégios, mas da efetivação de direitos assegurados pela constituição.

É nesse contexto que este trabalho pretende trazer a reflexão sobre a acessibilidade no ambiente universitário. Uma faculdade de negócios é o ambiente propício para o desenvolvimento do tema, tendo em vista que a universidade prepara e capacita seus alunos para ocupar cargos de alto escalão. Desta maneira, decidindo e traçando as diretrizes das empresas. Conviver com essa política inclusiva já durante a formação universitária garante a formação de gestores mais conscientes, além de possibilitar a capacitação de PCD para ocupar cargos decisivos.

Além do mais, o tema em questão aborda os seguintes Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): 4 - Educação de Qualidade, assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos; 8 - Emprego Decente e Crescimento Econômico, promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos; 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes, promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

2 Objetivos

2.1 Objetivo geral

O objetivo geral deste trabalho é apresentar possíveis diretrizes para políticas de acessibilidade em escolas de negócios.

2.2 Objetivos específicos

- Comparar as políticas de acessibilidade da FEA-RP com as existentes em suas parceiras internacionais
- Descrever os aparelhos de acessibilidade e as ações inclusivas existentes na FEA-RP (elevador, piso tátil, intérprete de libras, programas de inclusão, etc...)
- Propor diretrizes para uma possível cartilha de políticas de acessibilidade para a FEA-RP.

3 Fundamentação teórica

3.1 Caracterização da pessoa com deficiência no Brasil

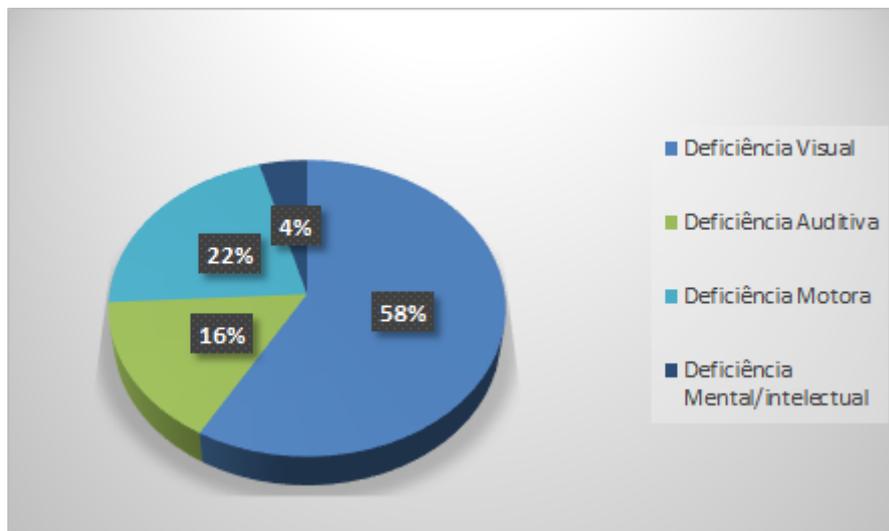
Para encontrar os dados referentes às PCDs no Brasil, consultou-se o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), instituto público da administração federal brasileira, fundado em 1934 e instalado em 1936, inicialmente com o nome de Instituto Nacional de Estatística. O IBGE é referência em estatísticas sociais, demográficas e econômicas no Brasil, todos os estudos realizados podem ser encontrados em sua biblioteca.

Como base estatística para o presente estudo, foi efetuado cruzamento dos dados apresentados pelo censo de 2010 e pela Pesquisa Nacional de Saúde, ambas realizadas pelo IBGE. Desta maneira, foram caracterizados alguns aspectos da vida da pessoa com deficiência no Brasil no ano de 2010. É necessário apresentar uma ressalva sobre o censo de 2010, que não adotou todas as recomendações de estatísticas sobre deficiência do Grupo de Washington (GW), vinculado à Comissão de Estatísticas da Organização das Nações Unidas (ONU). Embora o censo 2010 tenha adotado a maior parte das recomendações do GW para a elaboração das perguntas com base no grau de dificuldade das pessoas em desempenhar determinadas funções, utilizando como marco a Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde da Organização Mundial da Saúde (OMS), foi realizada uma adaptação: uma pergunta principal foi transformada

em orientação auxiliar, sendo lida de forma opcional pelo agente censitário. Devido a essa mudança, ocorreu um aumento significativo no número de pessoas com deficiência ao não considerar o uso de acessórios corretivos na avaliação do grau de dificuldade apresentado em determinadas funções, como ouvir, enxergar, entre outras. Dessa maneira, os índices apresentados a seguir podem estar mais altos do que de fato são, o que ressalta a marginalização sofrida pelo grupo de pessoas e sua necessidade de inserção na sociedade, como já previsto em lei.

Segundo o Censo de 2010, dentre as pessoas com deficiência, 58% delas são portadoras de deficiência visual, seguida pelas pessoas com deficiência motora, 22%, e, em terceiro lugar, aparecem as pessoas com deficiência auditiva.

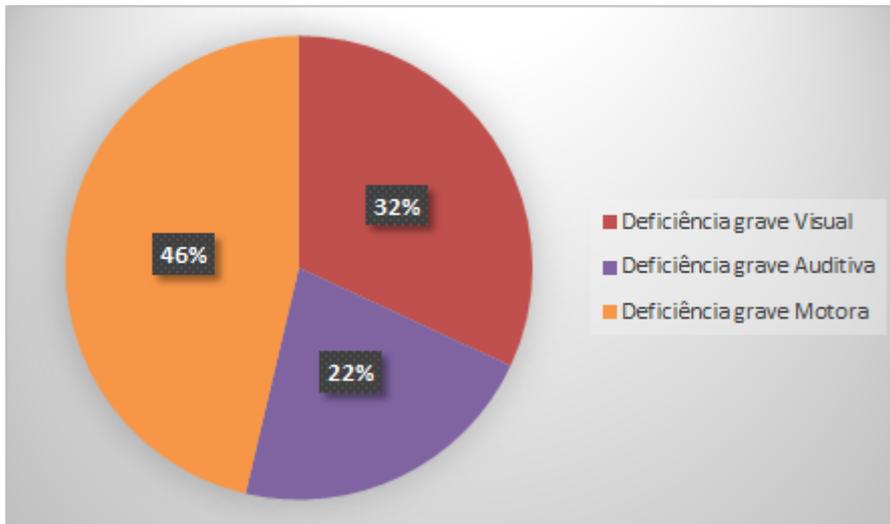
Gráfico 1 - População residente, por tipo de deficiência



Fonte: adaptado de IBGE, Censo Demográfico 2010.

Quando observadas apenas as pessoas com alto grau de dificuldade para exercer certas funções, percebe-se mudança significativa na distribuição. Em primeiro lugar, estão as pessoas com deficiência motora, 46%, seguidas das pessoas com deficiência visual, 32%, depois, pessoas com deficiência auditiva, 22%.

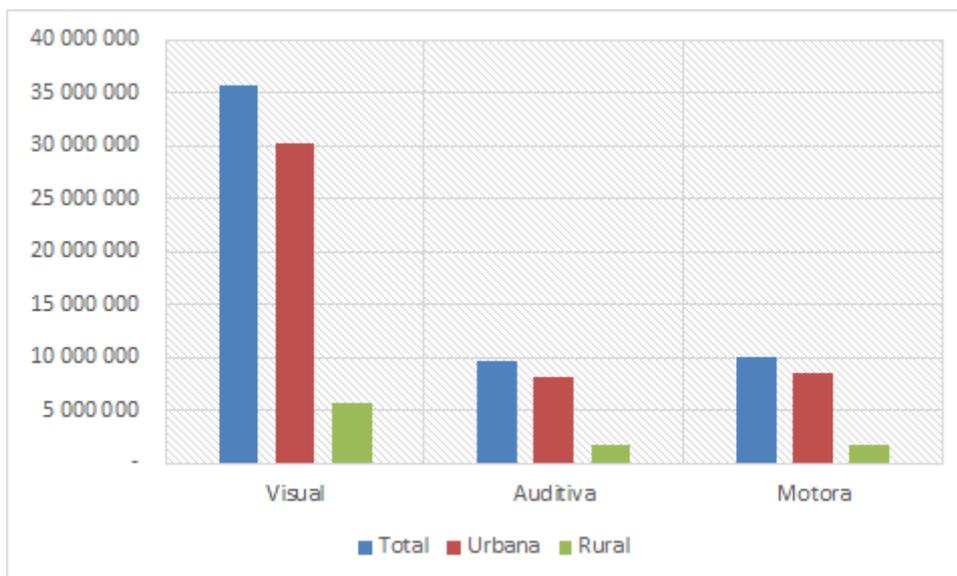
Gráfico 2: População residente, por tipo de deficiência acentuada



Fonte: adaptado de IBGE, Censo Demográfico 2010.

Quanto à situação de domicílio, em média 84% das pessoas com pelo menos uma deficiência reside em zona urbana, enquanto cerca de 16% em zona rural. A proporção se mantém quando observado por tipo de deficiência, como se verifica no gráfico 3.

Gráfico 3: População residente, por tipo de deficiência, segundo a situação do domicílio



Fonte: adaptado de IBGE, Censo Demográfico 2010.

Até o dado momento, é possível concluir que: quando considerados todos os graus de deficiência, a visual é mais comum, porém, quando analisadas apenas as pessoas afetadas de forma severa, a maior parte apresenta deficiência motora. Além disso, pode-se notar que a maioria das pessoas com deficiência mora nas cidades.

As análises apresentadas a seguir, são as mais relevantes para o presente estudo, uma vez que abordam a temática da educação. Será possível comparar os níveis de alfabetização, frequência em escolas ou creches em 2010, o nível de instrução entre PCD e PSD. Esses números apontam uma grande diferença entre os dois grupos, ainda mais ao considerar que os dados referentes à pessoa com deficiência estão inflados.

A análise se dará de forma linear, conforme a percurso dos anos de aprendizagem, para estimular o efeito de causa e consequência gerado pela marginalização que ocorre desde os anos iniciais.

No momento em que o censo de 2010 foi realizado, 36% das pessoas que não apresentava nenhuma das deficiências investigadas frequentavam escola ou creche. Ao passo que o número de pessoas com pelo menos uma das deficiências investigadas, na mesma faixa etária, era 55% mais baixo (16% do total de PCD), como demonstrado na Tabela 1.

Tabela 1: População residente, por existência ou não de pelo menos uma das deficiências investigadas e frequência à escola ou creche.

Pelo menos uma das deficiências investigadas			
	Total	Frequentavam escola ou creche	%
Homens	19 805 367	3 178 671	16%
Mulheres	25 800 681	4 154 459	16%
Total	45 606 048	7 333 130	16%
Nenhuma das Deficiências investigadas			
	Total	Frequentavam escola ou creche	%
Homens	73 558 248	26 151 944	36%
Mulheres	71 526 728	26 077 380	36%
Total	145 084 976	52 229 324	36%

Fonte: adaptado de IBGE, Censo Demográfico 2010.

A disparidade exposta acima, na Tabela 1, justifica a diferença de 11% na taxa de alfabetização entre PCD e PSD. Ainda segundo o censo 2010, o percentual de alfabetização entre as PCD é de aproximadamente 82%, enquanto se verifica um percentual de 92% entre as PSD. O dado é ainda pior quando analisado com o percentual médio da população brasileira alfabetizada: 89,4%. Esses dados podem ser observados mais detalhadamente na Tabela 2.

Tabela 2: Pessoas de 5 anos ou mais de idade, por tipo de deficiência e alfabetização.

Pelo menos uma das deficiências investigadas			
	Total	Alfabetizadas	%
Homens	19 600 953	15 871 348	81%
Mulheres	25 619 792	21 093 312	82%
Total	45 220 745	36 964 660	82%
Nenhuma das Deficiências investigadas			
	Total	Alfabetizadas	%
Homens	66 737 722	60 891 955	91%
Mulheres	64 927 776	60 416 108	93%
Total	131 665 498	121 308 063	92%

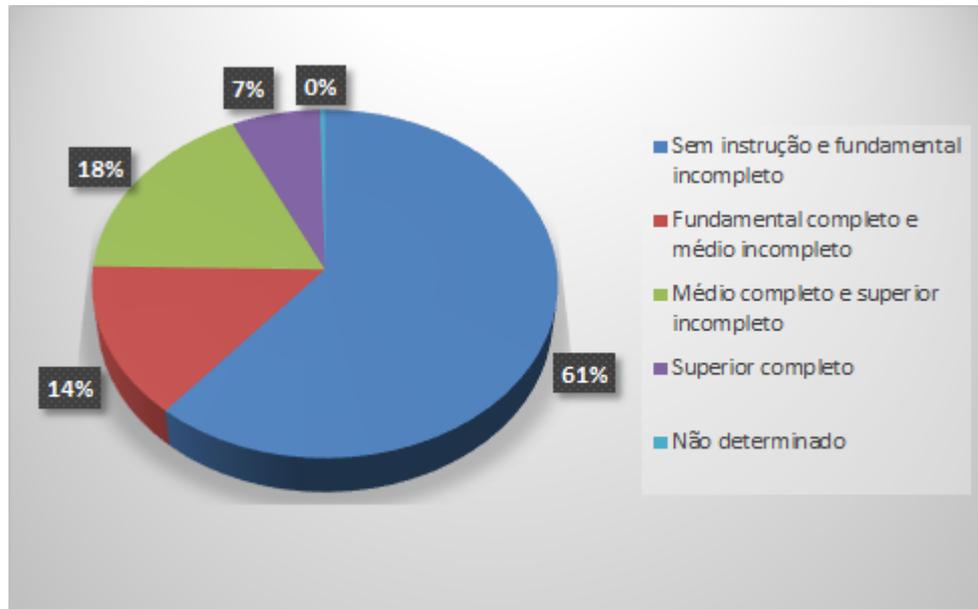
Fonte: adaptado de IBGE, Censo Demográfico 2010.

Para uma melhor compreensão do panorama educacional, devem-se observar os dados referentes ao nível de instrução. A disparidade é alta: as PCD sem instrução ou com fundamental incompleto representam um montante 62% maior do que as PSD na mesma categoria.

O ensino fundamental, assim como seu nome já supõe, é responsável pela formação básica de todo cidadão. É a fase em que a criança receberá todos os alicerces para sua vida adulta, conceitos educacionais, de ética e socialização. São aspectos que auxiliam na construção de uma pessoa mais preparada para o mercado de trabalho e para o convívio social.

Como consequência de uma base mal estruturada, o número de PCDs que chegam a concluir o ensino superior se mostra afetada. (GRÁFICO 4)

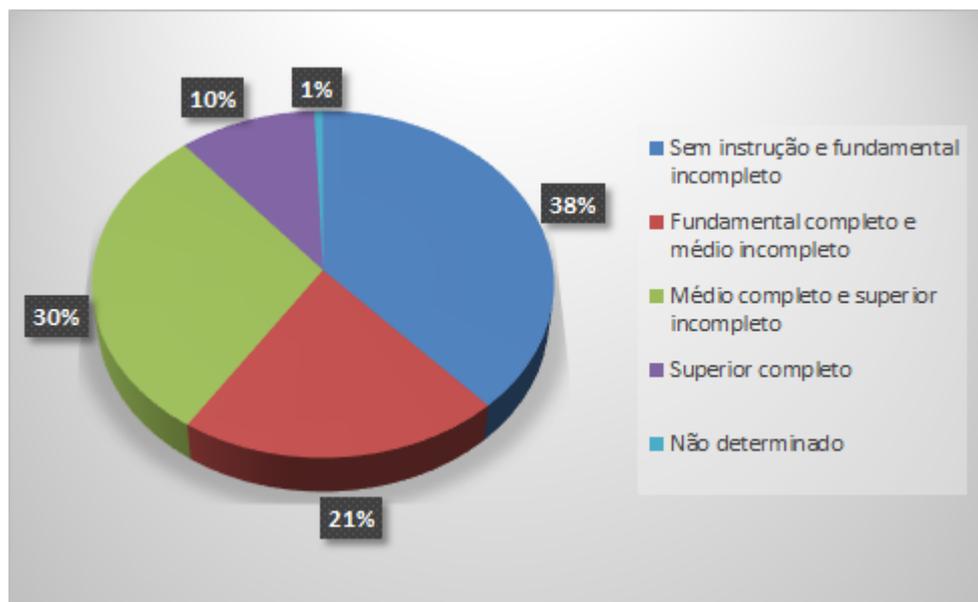
Gráfico 4: Pessoa de 15 anos ou mais de idade, com pelo menos uma das deficiências investigadas, segundo nível de instrução



Fonte: adaptado de IBGE, Censo Demográfico 2010.

Ao comparar os resultados, conclui-se que, em 2010, as PSDs tinham 42% mais chances de obter um diploma do que as PCDs (Gráfico 5).

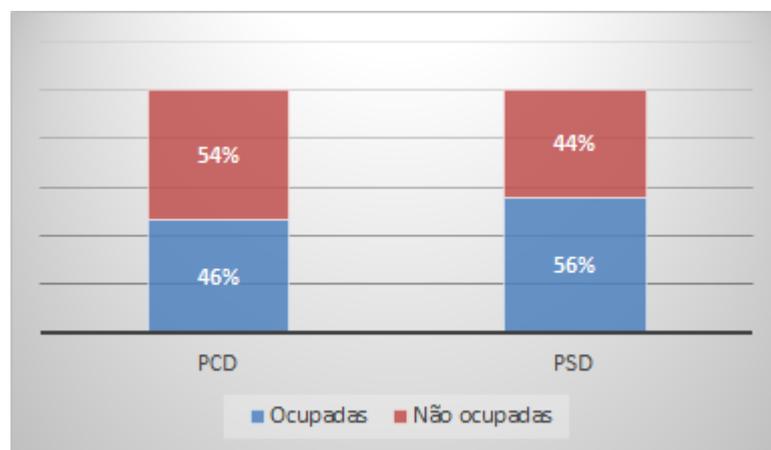
Gráfico 5: Pessoa de 15 anos ou mais de idade, sem nenhuma das deficiências investigadas, segundo nível de instrução



Fonte: adaptado de IBGE, Censo Demográfico 2010.

Ao considerar que a conclusão de um curso superior é relevante para o mercado de trabalho e que, sem ele, a chance de encontrar um emprego digno são menores, evidencia-se a maior possibilidade de marginalização do grupo. Segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), quanto menor a escolaridade, maior a chance de ficar desempregado. Ao cruzar a conclusão do Caged com os dados já apresentados, tem-se como resultado, por consequência, uma taxa de empregabilidade menor da PCD (GRÁFICO 6).

Gráfico 6: Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por existência ou não de pelo menos uma das deficiências investigadas e situação de ocupação na semana de referência



Fonte: adaptado de IBGE, Censo Demográfico 2010.

O trabalho é a atividade pela qual o ser humano produz sua própria existência, como afirma a filosofia desenvolvida por Karl Marx. O ser humano não existe em função do trabalho, porém é por meio dele que produz meios para se manter vivo. Portanto, a construção da pessoa como sujeito se mostra influenciada pelo impacto do trabalho e do seu contexto. Logo, não seria difícil imaginar que, quando as relações de trabalhos são alteradas, as estruturas sociais também são afetadas. Se o trabalho se mostra de demasiada importância para as relações sociais, aqueles que encontram dificuldades para se inserir no mercado, garantem seus lugares à margem da sociedade. A diferença de 10% representada no gráfico acima, demonstra a dificuldade que o grupo enfrenta para ser aceito na sociedade.

3.2 As dificuldades das PCDs

Para uma caracterização realista de um determinado grupo, é necessário observar para além dos números. Compreender o dia a dia das PCDs, as dificuldades, os preconceitos enfrentados e sua luta diária colabora para um melhor entendimento de sua posição em meio à sociedade. Para isso, será realizada uma retrospectiva da história da PCD no Brasil. A retrospectiva realizada no presente estudo, abrange o intervalo histórico no Brasil a partir dos meados do período de império até a atualidade.

O Imperial Instituto dos Meninos Cegos, inaugurado em 1854, Rio de Janeiro, foi a primeira escola para cegos do Brasil, atualmente denominada Instituto Benjamin Constant. Inspirada no Real Instituto dos Meninos Cegos de Paris, a primeira instituição especializada em educação para pessoas cegas do mundo, a qual utilizava o Sistema de Braille como base. Em 1872, segundo Mazzotta (1996), a população de cegos no Brasil era de 15.848, enquanto o instituto atendia apenas 35 alunos, o que ressalta a precariedade da assistência às pessoas com deficiência visual no país (FRANCO; DIAS, 2007).

Com as mesma influência Francesa, 3 anos mais tarde, surge o Imperial Instituto dos Surdos Mudos, a primeira instituição federal de ensino para surdos, que, mais tarde, se tornaria o Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES). Desta vez, contando com a participação de Ernest Huet, um professor surdo francês, que, por sua vez, implementou a língua de sinais francesa no instituto. “A escola no INES era o ponto de convergência e referência dos professores de surdos e dos próprios surdos da época. Eles utilizavam a língua de sinais francesa, trazida por Huet, e misturavam com a existente no país. Esta mistura originou mais tarde a língua brasileira de sinais - Libras (MORI; SANDER, 2015)

O intervalo temporal entre a segunda metade do século XIX até a segunda metade do século XX, não trouxe avanços significativos para integrar a PCD na sociedade. A ação do Estado em relação às PCDs mudou muito pouco com o advento da República. Os institutos continuaram com pequenas ações, embora seja retratado o aumento de similares organizações em outras regiões do Brasil, por atender apenas dois tipos de deficiência, surdez e cegueira, a demanda da população pelos serviços se mostrava maior do que a capacidade de ofertar o serviço. (LANNA JÚNIOR, 2011)

Apenas na década dos anos 1940 e 1950, surgiram novas organizações especializadas para as PCDs, devido ao processo de urbanização e industrialização. Essas organizações começaram a atender outros tipos de deficiência além de “não se restringirem à educação e atuarem também na saúde”(LANNA JÚNIOR, 2011)

Ainda na segunda metade do século XX, a PCD era vista como incapaz, impossibilitada de tomar decisões de qualquer tipo, sempre dependente de alguém até para representar suas vontades, o que facilitava as internações compulsórias, por exemplo. Além disso, o grupo ainda tinha dificuldades para obter acesso à educação, devido ao despreparo das instituições públicas e privadas. Com isso, a marginalização da pessoa com deficiência se mostrava não apenas pautada nas restrições de seus direitos civis, como também a que era imposta pela família, responsável por sua tutela. (FRANCO; DIAS, 2007; MORI; SANDER, 2015; LANNA JUNIOR, 2010)

Embora durante todo o século XX surgissem iniciativas voltadas para as pessoas com deficiência, foi a partir do final da década de 1970 que o movimento das pessoas com deficiência surgiu, tendo em vista que, pela primeira vez, elas mesmas protagonizaram suas lutas e buscaram ser agentes da própria história. O lema “Nada sobre Nós sem Nós”, expressão difundida internacionalmente, sintetiza com fidelidade a história do movimento [...] (LANNA JUNIOR, 2010, p. 12)

Foi essa movimentação ao final dos anos 1970 que resultaria na união destas pessoas para criar força e reivindicar direitos. Em 1980, Brasília recebeu o primeiro encontro destinado à comunidade de PCD, visando a organização do movimento para o ano seguinte, 1981, que foi declarado o ano internacional das Pessoas com Deficiências pelas Nações Unidas. Seu principal objetivo foi chamar as atenções para a criação de movimentos e leis, para dar ênfase à igualdade de oportunidades para as PCD.

Foi essa conscientização e união das pessoas que possibilitou, em 1988, a entrega de documentos com suas reivindicações para a constituinte, reivindicações básicas que seriam responsáveis por facilitar a socialização da comunidade. Vale ressaltar que, exceto por duas reivindicações, todas as outras foram aceitas e seguem na Constituição.

3.3 Legislação

Ao observar o histórico mundial, podemos notar que desde a antiguidade as barreiras para a pessoa com deficiência se inserirem na sociedade sempre foram muito altas. Na idade média, a deficiência era vista como um castigo de deus, do século XVI ao XIX, a sociedade se empenhou em fechar essas pessoas em instituições fechadas, locais que eram verdadeiras prisões, sem nenhum tipo de tratamento, alegando a higienização das cidades.

No Brasil, o descaso com a PCD começou a mudar quando a população começou a enfrentar problemas físicos adquiridos nas guerras do século XIX, por pressão popular. Nesta mesma época, podemos citar a criação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos e o Imperial Instituto dos Surdos Mudos, o surgimento destes institutos podem ser ditos como um marco na vida da PCD, pois, a partir deste momento, a responsabilidade de cuidar da pessoa não é mais apenas das instituições e da família, mas também do Estado.

A situação permaneceu praticamente estagnada por vários anos até que, em 1948, foi constituído a Declaração Universal do Direitos Humanos em que a Assembleia Geral proclamou:

A presente Declaração Universal dos Direitos Humanos como o ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações, com o objetivo de que cada indivíduo e cada órgão da sociedade, tendo sempre em mente esta Declaração, se esforce, através do ensino e da educação, por promover o respeito a esses direitos e liberdades, e, pela adoção de medidas progressivas de caráter nacional e internacional, por assegurar o seu reconhecimento e a sua observância universais e efetivos, tanto entre os povos dos próprios Estados-Membros, quanto entre os povos dos territórios sob sua jurisdição. (Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948)

No Artigo VII, a Declaração ressalta, que:

todos são iguais perante a lei e tem direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei. Todos têm direito a igual proteção contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação” (p.2)

Em 1954, foi fundada pelo casal Beatrice e George Bemis a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), “grande propulsora da educação especial, tentando abranger os problemas da excepcionalidade, englobando as áreas de saúde e educação” (JANNUZZI, 2012, p.74)

Porém, foi apenas em 1978 que, através da emenda da Constituição Brasileira, garantiu-se as PCDs a melhoria de sua condição social e econômica sob a educação especial e gratuita (NOGUEIRA, 2006). Alguns anos depois, em 1982, a Assembleia Geral das Nações Unidas lançou o programa de Ação Mundial para Pessoas com Deficiências, que tem como proposta promover medidas para prevenção e reabilitação da deficiência, e realização da igualdade e participação das pessoas com deficiência na vida social e no desenvolvimento (Programa de Ação Mundial para Pessoas com Deficiência, 1982)

Seguindo os avanços, com a Constituinte de 1988, garantiu-se a educação na rede de ensino regular para as PCDs. A Lei Federal 7.853/89 que “Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para integração da Pessoa Portadora de Deficiência (...)”, traz executoriedade ao texto constitucional:

I - na área da educação:

- a) a inclusão, no sistema educacional, da Educação Especial como modalidade educativa que abranja a educação precoce, a pré-escolar, as de 1º e 2º graus, a supletiva, a habilitação e reabilitação profissionais, com currículos, etapas e exigências de diplomação próprios;
- b) a inserção, no referido sistema educacional, das escolas especiais, privadas e públicas;
- c) a oferta, obrigatória e gratuita, da Educação Especial em estabelecimento público de ensino;
- d) o oferecimento obrigatório de programas de Educação Especial a nível pré-escolar, em unidades hospitalares e congêneres nas quais estejam internados, por prazo igual ou superior a 1 (um) ano, educandos portadores de deficiência;
- e) o acesso de alunos portadores de deficiência aos benefícios conferidos aos demais educandos, inclusive material escolar, merenda escolar e bolsas de estudo;
- f) a matrícula compulsória em cursos regulares de estabelecimentos públicos e particulares de pessoas portadoras de deficiência capazes de se integrarem no sistema regular de ensino;

A legislação brasileira, nesse momento, passa a utilizar o modelo social em substituição ao antigo modelo médico da deficiência. No modelo médico, a lesão ou doença ou limitação física são a causa da desigualdade social e das desvantagens vivenciadas pela PCD. Na verdade, a deficiência é uma realidade e as dificuldades e barreiras impostas pela sociedade às pessoas consideradas diferentes e, muitas

vezes "anormais", retratam "a injustiça social e a situação de vulnerabilidade vivida por grupos excluídos." (BAMPI et al., 2010, P. 1)

No ano de 1994, com a assinatura da Declaração de Salamanca por 80 países na Espanha, proclamou-se: um meio de combater a discriminação nas escolas regulares, o acolhimento das crianças independentes de suas condições físicas, intelectuais, emocionais, linguísticas e sociais. Em 1996, com a Lei de Diretrizes e Bases Nº 9.394, estabeleceram-se as diretrizes e bases da educação nacional, a fim de dar preferência a portadores de deficiência na rede de ensino regular (Nogueira, 2006).

A Lei de Cotas (Lei 8213/91) foi implantada em 1991, obrigando as empresas privadas a terem um percentual de suas vagas ocupadas por PCDs dependendo do número de empregados. As porcentagens adotadas foram: de 100 a 200, 2%; de 201 a 500, 3%; de 501 a 1000, 4%; de 1.001 ou mais, 5%.

Ainda assim, devido a dificuldade encontrada pelas PCDs a terem uma educação de qualidade, os empregadores alegam que sentem dificuldades em encontrar pessoas qualificadas e com vivência profissional. Devido a falta de oportunidades para se preparar para o mercado de trabalho, associado com o preconceito social de reconhecimento de seu potencial, a PCD se depara com dificuldades para se inserir na sociedade.

Em 2002, A Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), a qual é a língua utilizada por grande parte dos surdos no país, não configura uma extensão da língua portuguesa, mas sim, uma língua à parte, foi reconhecida como língua oficial pela Lei nº 10436, de 24 de Abril de 2002.

O ano de 2007 garantiu avanços significativos das garantias e direitos da pessoa com deficiência no Brasil, foi neste ano que o país assinou a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD) e seu Protocolo Facultativo (PF), adotados na Assembleia Geral da ONU no dia 13 de dezembro de 2006. Em 9 de julho de 2008, a CDPD e o PF foram ratificados pelo Brasil e inseridos no ordenamento jurídico pátrio com status equivalente ao de Emenda Constitucional pelo Senado através do Decreto Legislativo nº 186 e, por meio do Decreto nº 6.949/2009, foram, finalmente, promulgados.(PESSOA, /s.d./)

O avanço mais recente ocorreu em 2015 com a Lei nº 13.146, de 6 de Julho de 2015 ou, mais popularmente conhecida, Estatuto da Pessoa com Deficiência, a qual concretiza o acesso e a igualdade de direitos. Nela deve-se aprofundar para compreender sua importância.

O Art 1º detalha a quem a Lei se destina:

Art. 1º É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

Além de se atenta à definir características de quem é a pessoa com deficiência:

Art. 2º Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

A Lei, em seu artigo 4º, apresenta os direitos da PCD da seguinte maneira:

Art. 4º Toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação.

A proteção dada a essas pessoas está descrita em seu artigo 5º:

Art. 5º A pessoa com deficiência será protegida de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, tortura, crueldade, opressão e tratamento desumano ou degradante.

Parágrafo único. Para os fins da proteção mencionada no **caput** deste artigo, são considerados especialmente vulneráveis a criança, o adolescente, a mulher e o idoso, com deficiência.

Nota-se também que a deficiência não afeta em nada os direitos civis da pessoa, em seu 6º artigo:

Art. 6º A deficiência não afeta a plena capacidade civil da pessoa, inclusive para:

- I - casar-se e constituir união estável;
- II - exercer direitos sexuais e reprodutivos;

- III - exercer o direito de decidir sobre o número de filhos e de ter acesso a informações adequadas sobre reprodução e planejamento familiar;
- IV - conservar sua fertilidade, sendo vedada a esterilização compulsória;
- V - exercer o direito à família e à convivência familiar e comunitária;
- e
- VI - exercer o direito à guarda, à tutela, à curatela e à adoção, como adotante ou adotando, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas.

Como demonstrado, o Estatuto da Pessoa com Deficiência, representa um marco na conquista dos direitos das pessoas com deficiência, com foco na liberdade e na valorização do sujeito, o que causou, inclusive, a necessidade de mudança do Código Civil que, anteriormente, considerava, por exemplo, “absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil: [...] II - os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática desses atos; [...]”. Logo, não há mais ação de interdição absoluta no sistema civil, as PCDs passam a ser plenamente capazes para exercer o Direito Civil, com isso, sua plena inclusão social, em prol de sua dignidade. (TARTUCE, 2015)

O que ainda se mostra preocupante é que a PCD ainda não tem todos os seus direitos cumpridos. Ainda é comum escolas que não cumprem com sua obrigação de aceitar alunos com, por exemplo, autismo, ainda é comum encontrarmos lugares inacessíveis para cadeirantes. A Lei é se mostra efetiva, porém, o Estado se mostra apático para executá-la. Além disso, é comum encontrar casos de preconceitos envolvendo a PCD. A necessidade das PCDs é de ser integrada à sociedade, engana-se quem pensa que tratá-las como enfermo colabora com sua inserção.

3.4 Tipos de acessibilidade

De acordo com Sasaki:

- 1) Arquitetônica - Referente ao espaço físico. Por exemplo: elevadores, rampas, piso tátil, etc...;
- 2) Metodológicas - Referente aos procedimentos em processos seletivos e avaliativos que permitem a participação plena de todos. Por exemplo: adaptações para realização de provas ou testes;

- 3) Instrumental - Referente à acessibilidade de equipamentos que permitam a execução dos trabalhos a serem realizados. Por exemplo: loop de indução de áudio em salas de aula;
- 4) Comunicacional - Referente à garantia de que a mensagem chegue para todos. Por exemplo: placas, sinalização, aviso de voz em elevadores, etc...;
- 5) Atitudinal - Referente à atitude das pessoas que atuam no local. Para trabalhar esse tipo, pode-se, por exemplo: fazer um trabalho de conscientização das pessoas para que adotem medidas que visem a inclusão;
- 6) Programática - Referente às normas, leis e regimentos. Por exemplo: políticas internas de acessibilidade;
- 7) Natural - Referente à natureza, recursos naturais, deslocamentos ou meios de transporte. Por exemplo: Garantir a participação plena em visitas de campo.

4 Metodologia

Para alcançar o objetivo proposto, foi utilizado a pesquisa bibliográfica, a qual consiste no levantamento de materiais já elaborados e publicados, tais como livros, revistas e artigos e a pesquisa documental. Para, desta maneira, caracterizar a PCD brasileira, apresentar aspectos demográficos, leis referentes à PCD, realizar a retomada histórica da luta pela conquista de seus direitos e realizar o estudo comparativo entre as ações inclusivas existentes nas universidades que mantêm convênio internacional com a Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto (FEA-RP) e as ações inclusivas da própria FEA-RP.

Foi realizado um processo de pesquisa semelhante a um benchmarking. Ao comparar como as universidades parceiras da FEA-RP estão lidando com a acessibilidade e quais as ações são realizadas, para isso, foi realizado o seguinte processo:

- 1) Coleta do nome das Universidades parceiras da FEA-RP;
- 2) Primeira análise abrangente para definir quais tinham políticas de acessibilidade ou não e classificá-las entre muito ruim, ruim, médio, bom e muito bom;

- 3) Filtragem das Universidades com políticas de acessibilidade classificadas como “muito bom”;
- 4) Pesquisa meticulosa para coletar os dados do funcionamento das políticas de acessibilidade de cada universidade;
- 5) Sistematização do material presente nos sites (mapa da acessibilidade, contato para apoio, ações afirmativas, etc...)
- 6) Comparação dos dados
- 7) Organização de referência de diretrizes a serem seguidas por tipo de acessibilidade;

As universidades que foram investigadas, listadas por país, são:

Quadro 1: Lista das Universidades investigadas

Alemanha
Carl von Ossietzky Universität Oldenburg
Eberhard Karls Universität Tübingen
Ernst-Abbe-Fachhochschule Jena
Friedrich-Alexander-Universität Erlangen-Nürnberg
Hochschule Neu-Ulm
Hochschule Ruhr West
Hochschule Worms
Westfälische Wilhelms-Universität Münster
Austrália
University of Wollongong
Áustria
FHWien der WKW
Bélgica
Ecole Pratique des Hautes Etudes Commerciales
Ku Leuven - Faculty of Economics and Business
Université libre de Bruxelles (Solvay Brussels School of Economics and Management)
Canadá
Concordia University of Edmonton
Université Laval
Chile

Universidad de La Frontera
Colômbia
Institución Universitaria Politécnico Grancolombiano
Universidad de Ibagué
Universidad EAFIT
Coreia do Sul
Chonnam National University
Keimyung University
Kyung Hee University
University of Ulsan
Eslovênia
Univerza V Ljubljani
Espanha
Universidad de Cantabria
Universidad Francisco de Vitoria
Universidade da Coruña
Universitat Pompeu Fabra
Estados Unidos
Portland State University
Purdue University
Tennessee Technological University
University of New Mexico
University of Southern California
Finlândia
University of Oulu
University of Turku
França
École de Management de Normandie
École Supérieure du Commerce Extérieur
ESSCA École de Management
Groupe ESG Écoles de Commerce
IDRAC Business School
IÉSEG School of Management
INSEEC Business School - Grande École de Commerce

Institut Mines-Telécom Business School
KEDGE Business School
Paris School of Business
Toulouse Business School
Université de Lorraine
Université de Montpellier
Holanda
Breda University of Applied Sciences
Itália
Università degli Studi di Modena e Reggio Emilia
Università degli Studi di Roma La Sapienza
Japão
Kindai University
Marrocos
ESCA - Ecole de Management
México
Universidad Nacional Autónoma de México
Noruega
Høgskolen i Oslo og Akershus
Peru
Pontificia Universidad Católica del Perú
Universidad Peruana de Ciencias Aplicadas
Polônia
Uniwersytet Ekonomiczny w Katowicach
Portugal
Instituto Politécnico de Setúbal
Instituto Politécnico de Viana do Castelo
Universidade Aberta
Universidade da Madeira
Universidade de Coimbra
Universidade de Lisboa
Universidade Portucalense
Reino Unido
University of Surrey

Rússia
Omsk State Pedagogical University
Suécia
Umeå Universitet
Suíça
Universität Luzern
Universität Zurich
Université de Genève
Zürcher Hochschule für Angewandte Wissenschaften - ZHAW
Turquia
Koç University
OSTIM Technical University - Ankara

Fonte: Elaboração própria.

5 Resultados

A pesquisa contou com 3 principais etapas. A primeira envolveu todas as 74 universidades internacionais que são parceiras da FEA-RP. Nesta, foi realizada uma pesquisa abrangente com o intuito de descobrir quais faculdades apresentavam em seu site projetos de acessibilidade para alunos com deficiência e, classificá-los em uma escala de 0 a 5, sendo 0 inexistente e 5 muito bom. Ainda nesta etapa, foi possível verificar que a FEA-RP não conta com nenhum informativo sobre suas políticas de acessibilidade em seu site.

Em uma segunda etapa, foram separadas as universidades com pontuação máxima (5) para passar por uma pesquisa mais consistente, verificando como funcionava a atuação das políticas de acessibilidade de cada uma. Ainda na segunda etapa, foi necessário realizar mais uma filtragem das universidades pois, pela primeira pesquisa ter sido muito abrangente, algumas universidades contavam com políticas de acessibilidade muito mais consistentes do que outras, o que ocasionou em um número final de 8 universidades com boas políticas de acessibilidade. A terceira e última etapa consistiu no compilamento das informações encontradas.

Ao decorrer da pesquisa, percebe-se que as universidades não disponibilizam todas as informações em seus sites, muitas vezes fica a critério do departamento responsável pelas políticas de acessibilidade comunicar os alunos sobre todas as funcionalidades e ações em execução. Em alguns casos, a universidade disponibiliza uma plataforma dedicada exclusivamente aos alunos que contemplam mais informações sobre o caso, por exemplo a Eberhard Karls Universität Tübingen, Alemanha. Desta forma, a pesquisa se limita apenas aos dados fornecidos pela parte de domínio público do site de cada universidade.

Para facilitar a visualização dos resultados encontrados, os dados coletados estão separados de acordo com os 7 tipos de acessibilidade. Desta maneira, podemos cruzar os dados, juntar as melhores ações realizadas por cada Faculdade e analisá-las. Um ponto importante a ser ressaltado é que muitas vezes uma ação pode se encaixar em mais de um tipo de acessibilidade, por isso, algumas ações foram citadas mais de uma vez em diferentes perspectivas.

5.1 Acessibilidade arquitetônica

A acessibilidade arquitetônica foi a mais encontrada durante a pesquisa. Mesmo algumas escolas que não tinham políticas de acessibilidade em ação, tinham algum tipo de rampa ou elevador. É o caso da University of Surrey do Reino Unido, a qual apresenta em seu site a acessibilidade totalmente voltada para a estrutura de seus prédios.

A principal dificuldade encontrada neste ponto é que muitas universidades têm prédios antigos e, algumas vezes, tombados, dificultando reformas para torná-los acessíveis. Por outro lado, as Universidades com prédios novos, em sua grande maioria, são prédios com arquitetura acessível.

Todas as 8 escolas que foram avaliadas ao final, contam com elevadores com anunciador por voz, teclados baixos, rampas, banheiros acessíveis e vagas demarcadas. Algumas Universidades se preocupam em avisar em seu site em quais pontos a PCD pode encontrar dificuldades como a Westfälische Wilhelms-Universität Münster, Alemanha, alerta que os alunos com deficiência podem encontrar dificuldades como riscos de tropeçar, como portas difíceis de abrir e obstáculos aleatórios, impedindo-os de estudar adequadamente nas salas de aula, salas de seminários e bibliotecas, em seguida salienta a necessidade de comunicar seu Centro de Recursos para PCD, pois geralmente ele pode resolver o problema

rapidamente ou usar experiências anteriores para encontrar uma solução. Ao observar a University of Oulu, Finlândia, ela toma o caminho contrário e avisa sobre os melhores caminhos a serem seguidos, como, por exemplo, apontar que o acesso desobstruído às instalações da universidade pode ser encontrado através das três portas principais. Já a Eberhard Karls Universität Tübingen, Alemanha, disponibiliza uma tabela com todos os edifícios apontando entradas sem barreiras e se são completamente acessíveis

Tabela 3: Edifícios com acesso sem barreiras da Eberhard Karls Universität Tübingen, Alemanha

Área do vale

Morada	Nome do edifício	Entrada sem barreiras	Completo Acessível
Alberstrasse 27	Pavilhão desportivo (IfS)	Entrada principal	Não
Europastraße 6	Emp. Pesquisa educacional	Entrada principal	Não
Geschwister-Scholl-Platz	Novo auditório	Entrada da Silcherstrasse, lado oeste	sim
Hölderlinstrasse 5	Construção de cobre	Entrada Gmelinstr, lado oeste	sim
Hölderlinstrasse 12 / Sigwartstrasse. 10	Ciências da Terra	Pátio interno, Nauklerstr / Hölderlinstr	sim
Keplerstrasse 2	Edifício de disposição na Keplerstrasse	Pátio de entrada	Não
Liebermeisterstraße 6	Conselheiro de equipe; Departamento de Psicologia	via elevador de escada (com chave do euro)	Não

Fonte: Universidade Eberhard Karls Universität Tübingen, 2021.

Tanto a Universität Zurich, Suíça, e a Westfälische Wilhelms-Universität Münster, Alemanha, disponibilizam quartos silenciosos para que os alunos possam se retirar por um tempo e relaxar. A diferença entre os dois é que, na universidade alemã, esses espaços são mais difundidos e podem ser utilizados por quaisquer alunos, enquanto a universidade suíça apresenta esse tipo de acomodação apenas em seus prédios principais e são exclusivos para PCD. Caso seja necessário encontrar uma sala silenciosa em outros prédios, a PCD pode entrar em contato com seu escritório especializado que tentará encontrar uma solução. Salas

silenciosas são importantes para alunos com autismo por exemplo, para reduzir as distrações e também possibilitar um maior nível de concentração, o recurso acaba sendo útil para todos os alunos pois os ambientes silenciosos ajudam no estudo e desenvolvimento de tarefas e atividades relacionadas com o curso em geral.

Outras pequenas adequações foram encontradas como na Westfälische Wilhelms-Universität Münster, Alemanha, que conta com armários exclusivamente reservados para PCD, na University of Turko, Finlândia, que tem, na maioria das salas de aula, assentos acessíveis localizados perto da entrada e conta com algumas escadas marcadas com o contraste adequado; a Portland State University, Estados Unidos, que conta com acomodações para acesso equitativo, aponta que conta com móveis ergonômicos em sala de aula, porém não traz muitas informações sobre o que realmente podem fazer e qual o nível de acessibilidade apresentado. Aponta que a PCD e seu tutor trabalharão juntos para determinar quais acomodações e apoios razoáveis atenderam melhor às necessidades; a Tennessee Technological University, Estados Unidos, que conta com números para pedir ajuda em: remoção de neve, estacionamento ou conserto de elevadores; a University of Turku, Finlândia, tem portas que abrem automaticamente.

Para finalizar este tipo de acessibilidade, pode-se listar os seguintes pontos principais:

1. Todas as universidades contam com elevadores com anunciador por voz, teclados baixos, rampas, banheiros acessíveis e vagas demarcadas;
2. Não basta apenas ter caminhos acessíveis, é interessante que exista avisos de quais os melhores caminhos a serem seguidos ou não;
3. Quartos silenciosos são interessantes mesmo para os alunos sem deficiência;
4. Mesmo quando as universidades não tem uma solução de imediato, elas contam com um departamento focado na resolução desse tipo de problema;
5. Levando em conta os sites das universidades, o piso tátil caiu em esquecimento;
6. As universidades apresentaram maior suporte à PCD contam com pelo menos um edifício completamente acessível ou quartos silenciosos.

5.2 Acessibilidade metodológica

A Eberhard Karls Universität Tübingen, Alemanha, disponibiliza assistentes para apoiar a vida cotidiana, podem, por exemplo, fazer anotações para os alunos durante as aulas e também contam com um portal educacional online chamado Rehadat especializado para PCD.

A Friedrich-Alexander-Universität Erlangen-Nürnberg, Alemanha, disponibiliza informações de como melhorar a acessibilidade digital para que os alunos e professores possam produzir documentos mais acessíveis mesmo quando utilizam Word ou Wordpress, por exemplo.

A Westfälische Wilhelms-Universität Münster, Alemanha, oferecem ajustes aos requisitos de estudos e exames, como por exemplo o aumento do tempo para a entrega e garante um caminho fácil para que o aluno com deficiência possa pedir indenizações por desvantagens caso existam razões específicas que tenham impedido o aluno de alcançar uma nota maior. Em algumas áreas e para certos tipos de esportes, o programa oferece um período de inscrição especial (antes do período de inscrição oficial) para alunos com deficiência, para facilitar o planejamento e a participação de todos.

A University of Oulu, Finlândia, disponibiliza especialistas educacionais do corpo docente para que os candidatos possam entrar em contato e conversar sobre arranjos durante as provas e testes, como por exemplo, tempo extra ou um espaço de trabalho silencioso em uma situação de teste de seleção. Cada caso recebe um cuidado especial para que possam se adequar à PCD. Os alunos também podem solicitar acordos de estudos individuais para a conclusão e avaliação de seus estudos, como por exemplo, fazer uma apresentação apenas para o professor ao invés de para um grupo ou supervisão para fazer trabalhos escritos.

A University of Turku, Finlândia, não apresentou nenhum ponto relevante para ser citado nesta categoria.

A Universitat de Zurich, Suíça, conta com apresentações das salas de aula no início do semestre, acompanhamento às salas de exames, apoio à investigações bibliográficas para pessoas com deficiência visual, serviço de digitação para fazer anotações, trabalhos escritos ou copiar literatura de estudo, além do programa de apoio de aprendizagem para preparação para exames ou treinamento de redação por exemplo.

A Portland State University, Estado Unidos, disponibiliza um assistente de sala de aula para fornecer informações verbais para materiais visuais apresentados em sala de aula e registrar informações fornecidas pelo aluno durante projetos em grupo ou em sala de aula, interpretação e legendagem em tempo real. A universidade possibilita encontros semanais entre o aluno e o assistente para que possam enriquecer a entrega do serviço. A Universidade utiliza vários métodos para avaliar a compreensão de um aluno sobre os conteúdos acadêmicos e os resultados de aprendizados. O que pode incluir uma participação mais ativa do aluno durante a aula, apresentações, redação de artigos ou outros meios criativos para demonstrar o aprendizado do aluno. Os alunos com e sem deficiência se beneficiam de ambientes educacionais centrados no aluno que não incluem testes. Também estão disponíveis espaços de testes com o menor número de distrações possíveis, tanto visuais como auditivas e a Portland salienta “ sentar os alunos no fundo de uma sala de aula lotada, em um corredor, ou pedir que a classe permaneça em silêncio, não constitui um ambiente de distração reduzida.”.

A Tennessee Technological University, Estados Unidos, oferece recursos para que alunos e professores tornem seus documentos mais acessíveis com texto alternativo e descritivo para imagens e figuras. A Universidade conta com um programa de anotadores voluntários, os alunos fazem as anotações das aulas e enviam para o sistema, disponibilizando à quem seja útil.

Para finalizar o este tipo de acessibilidade, podemos listar os seguintes pontos principais:

1. Algumas universidades disponibilizam pessoas para ajudar nas tarefas do dia a dia, neste ponto, precisamos ponderar que, por necessitar de outra pessoa para realizar algumas tarefas, a independência da PCD é afetada;
2. As universidades se preocupam em disponibilizar materiais acessíveis, porém, também disponibilizam meios para que todo o corpo docente, alunos e funcionários gerem documentos acessíveis;
3. As universidades devem gerar oportunidades equitativas, mas também precisam disponibilizar caminhos para que os alunos possam comunicá-la facilmente caso tenha se sentido prejudicado em algum momento;

4. Apoio para investigações bibliográficas, legendagem em tempo real inclusive para eventos e formas de avaliações disruptivas.

5.3 Acessibilidade instrumental

A Eberhard Karls Universität Tübingen, Alemanha, conta com aparelhos auditivos indutivos em algumas salas de aula. Em uma sala de aula, os sistemas de alto-falantes normais, geralmente não ajudam os usuários de aparelhos auditivos. Eles distorcem a fala e criam reverberação. As palavras faladas dificilmente podem ser compreendidas. Com o tipo de transmissão de sinal dos chamados sistemas de indução ou aparelhos auditivos indutivos, as bobinas telefônicas (bobinas T) de aparelhos auditivos ou implantes cocleares (IC) recebem os sinais livres de reverberação e ruídos de interferência e podem ser amplificados individualmente. Para as salas de sem aparelhos auditivos indutivos, a universidade oferece Sistema FM móvel para ter o mesmo efeito. A Universidade também contam com leitor de tela gratuito.

A Friedrich-Alexander-Universität Erlangen-Nürnberg, Alemanha, não apresentou nenhum ponto relevante para ser citado nesta categoria.

A Westfälische Wilhelms-Universität Münster, Alemanha, conta com estações de trabalho para alunos com deficiência visual disponíveis para os alunos de todas as faculdades da Universidade. Além do hardware padrão, a estação de trabalho inclui um scanner, faixa Braille tátil e uma impressora Braille. Alunos com deficiência visual podem tirar proveito de um software especial que oferece funções de ampliação, sinais acústicos e controles de monitor para exibir o conteúdo. A estação de trabalho também pode ser usada em exames em consulta com o fiscalizador e após uma breve demonstração. A Universidade também oferece várias soluções técnicas de digitalização de textos. Na biblioteca, a equipe está sempre disponível para fornecer assistência na pesquisa de literatura e no empréstimo de livros. Os alunos que não podem pesquisar pessoalmente e emprestar itens têm a opção de usar o serviço de pesquisa e autorizar alguém a retirar seus livros.

A University of Oulu, Finlândia, não apresentou nenhum ponto relevante para ser citado nesta categoria.

A University of Turku, Finlândia, conta com loop de indução de áudio fixo em algumas salas. Também existe um circuito de indução portátil na Universidade para ser utilizado em outras salas de aula.

A universitat de Zurich, Suíça, conta com um aplicativo de emergência caso o aluno necessite de ajuda. Por exemplo, se um aluno utiliza cadeiras de rodas e não pode usar os elevadores em caso de incêndio e precisa ser retirado por escadas ou tem uma deficiência visual acentuada e seja difícil reconhecer a rota de fuga, é possível acionar os responsáveis pelo aplicativo sobre a situação do estudante.

A Portland State University, Estado Unidos, disponibiliza o aplicativo Petralex Hearing Aid para amplificação do som de conversas e palestras. O aplicativo captura o som por meio do celular e reproduz no fone de ouvido, além de também converter a fala gravada em texto. A universidade conta com a plataforma da Khan Academy, a qual disponibiliza tutoriais, incluindo aulas e testes de matemática que vão desde o básico de contagem e adição até Cálculo 2. Em seu site, a Portland sugere algumas ferramentas para ajudar os alunos com deficiência a usar a voz para digitar e controlar seus dispositivos, bem como ajudar a organizar seus pensamentos com software de mapeamento mental e brainstorming. São eles: Google Voice Typing; Otter.ai; Mac Voice Control. Ferramentas de mapeamento mental Kurzweil 3000; Simple mind. Ferramentas de comunicação assistiva: Abiduo 2 Wired; Roxo VRS; Sorenson ntouch.

A Tennessee Technological University, Estados Unidos, conta com tecnologia assistiva, o termo agrupa dispositivos, técnicas e processos que podem promover assistência e reabilitação para melhorar a qualidade de vida das pessoas com deficiência, porém, a Universidade não especifica como aplica ou em quais situações a utiliza.

Para finalizar o este tipo de acessibilidade, podemos listar os seguintes pontos principais:

1. Por mais que a universidade não forneça os equipamentos necessários, é de importante que ela facilite o acesso com orientações de como obtê-los;
2. Algumas universidades contam com sistemas de indução para os alunos com deficiência em algumas salas e também disponibilizam a opção de um sistema FM móvel para ter o mesmo efeito em outras salas;
3. Impressora Braille, faixa braile tátil, software com função de ampliação e sinais sonoros, técnicas para digitalização de textos;
4. Portal especializado para PCD;

5. Tecnologia assistiva para garantir a independência da PCD.

5.4 Acessibilidade comunicacional

A Eberhard Karls Universität Tübingen, Alemanha, conta com uma plataforma de informações direcionada para PCD auditiva e visual.

A Friedrich-Alexander-Universität Erlangen-Nürnberg, Alemanha, conta com avisos em braille nos elevadores, entradas, escadas e outros. A universidade não chega a especificar muito bem todos os lugares que estão disponíveis avisos em braille, mas alega ser um costume difundido.

A Westfälische Wilhelms-Universität Münster, Alemanha, disponibiliza um catálogo em áudio com mais de 14.000 referências com literatura citável em estudos convertida de bibliotecas acadêmicas alemãs.

A University of Oulu, Finlândia, disponibiliza arquivos em PDF que podem ser acessados com ou sem leitores de tela e impressoras em braile. Os recursos tornam o documento mais fácil de ser usado ou lido, por exemplo, em um celular.

A University of Turku, Finlândia, não apresentou nenhum ponto relevante para ser citado nesta categoria.

A universitat de Zurich, Suíça, conta com uma plataforma direcionada para a PCD que disponibiliza um guia online para fornecer informações detalhadas sobre a infraestrutura da universidade. Inclui descrições de edifícios e de seus arredores sobre as salas de aula e seus equipamentos, bem como instalações preparadas para receber PCD auditiva, visual ou motora.

A Portland State University, Estado Unidos, disponibiliza, por meio de seu "Disability Resource Center, um boletim semanal de notícias e eventos para toda a comunidade PCD. Os móveis que estão dispostos nas salas de aula para os alunos com deficiência tem uma etiqueta de sinalização que serve tanto para que não sejam retiradas de dentro da sala, quanto para que os professores, alunos e funcionários possam utilizá-las.

A Tennessee Technological University, Estados Unidos, disponibiliza uma página para que os alunos, professores e funcionários possam relatar questões de acessibilidade, pedir ajuda imediata com algo ou sugerir melhorias para eventos, construções, comunicação e informações.

Para finalizar o este tipo de acessibilidade, podemos listar os seguintes pontos principais:

1. Plataformas com enfoque na comunicação com a PCD;
2. Avisos em braile em elevadores, entradas, escadas e outros;
3. Arquivos acessíveis;
4. Mapas de edifícios;
5. Boletins semanais para a comunidade PCD;
6. Abertura para feedbacks sobre o tema.

5.5 Acessibilidade atitudinal

Ações classificadas como acessibilidade atitudinal, podem, muitas vezes, ser classificadas em outras categorias dependendo de quem o faça. O presente estudo pretende listar todas as ações das universidades, com o intuito de obter exemplos de políticas de acessibilidade. Portanto, dá-se mais valor ao fato de todos os pontos estarem listados do que à classificação de cada ação.

A Eberhard Karls Universität Tübingen, Alemanha, conta com um grupo de PCD aberto para tirar dúvidas gerais do dia a dia, uma associação social para representar os interesses das PCD e também oferece um tutor para auxiliar no cotidiano e realizar orientações profissionais.

A Friedrich-Alexander-Universität Erlangen-Nürnberg, Alemanha, conta com um departamento de antidiscriminação, especializado em estratégias de atuação na gestão da diversidade. O departamento se concentra em casos de desvantagens imediatas, ou seja, quando uma pessoa é tratada de forma menos favorável do que outra. Além disso, também lida com casos indiretos de discriminação, ou seja, discriminação por meio de comportamento aparentemente neutro, regras e regulamentos que se aplicam a todos, mas que na prática têm um efeito desvantajoso para certos grupos. Para isso, oferecem: aconselhamento individual inicial de referência; informação e conscientização; fortalecimento; networking. Em um processo de trabalho conjunto, os centros de contato e aconselhamento são abordados com inquéritos sobre discriminação ou, os que já estão oferecendo apoio, recebem recomendações para um tratamento transparente e uniforme das questões de discriminação a longo prazo.

A Westfälische Wilhelms-Universität Münster, Alemanha, conta com um representante da reitoria para alunos com deficiência para realizar a mediação entre o corpo docente, não docente e os alunos, conta também com representantes em cada corpo docente que agem em nome de seus respectivos conselhos de

professores para atender aos interesses da PCD. A universidade fornece aconselhamento para os alunos, tutores de inclusão voluntária para auxiliar os alunos a conduzir seus próprios projetos, grupos para discussão para alunos com autismo e grupo de autoajuda para apoiar alunos com deficiência psicológica.

A University of Oulu, Finlândia, não apresentou nenhum ponto relevante para ser citado nesta categoria.

A University of Turku, Finlândia, não apresentou nenhum ponto relevante para ser citado nesta categoria.

A Universitat de Zurich, Suíça, não apresentou nenhum ponto relevante para ser citado nesta categoria.

A Portland State University, Estado Unidos, não apresentou nenhum ponto relevante para ser citado nesta categoria.

A Tennessee Technological University, Estados Unidos, conta com programas de conscientização sobre as leis que envolvem a PCD.

Para finalizar o este tipo de acessibilidade, podemos listar os seguintes pontos principais:

1. Grupo de PCD para gerar integração e tirar dúvidas;
2. Entidade para representar a PCD;
3. Orientação profissional;
4. Departamento antidiscriminação;
5. Eventos para conscientização.

5.6 Acessibilidade programática

Todas as ações citadas acima se baseiam em normas, leis, regulamentos ou políticas internas das Universidades. Como dito anteriormente, os tipos de acessibilidade se cruzam e se difundem umas às outras, essa, talvez, seja a regente de todas, pois é aqui que será definido tudo o que é feito na universidade em termos de acessibilidade. Para evitar repetições desnecessárias, será citado apenas o que ainda não foi abordado em cada Instituições.

A Eberhard Karls Universität Tübingen, Alemanha, não apresentou nenhum ponto relevante para ser citado nesta categoria.

A Friedrich-Alexander-Universität Erlangen-Nürnberg, Alemanha, desde 2012, expandiu sua política de igualdade de gênero e família para incluir a estratégia de gestão da diversidade. Ninguém pode ser discriminado com base no gênero, orientação sexual, nacionalidade, religião, status social ou deficiência. Para criar oportunidades iguais no sentido de igualdade de gênero, amizade com a família e proteção contra a discriminação, a Universidade se esforça para uma cultura científica e universitária sensível ao gênero e à diversidade, bem como à família. A direção da universidade também criou o Grupo de Trabalho da Igualdade de Oportunidades em 2003, que se tornou uma comissão permanente em outubro de 2014 por meio de uma resolução da direção. Como um grupo de especialistas, a comissão desenvolve conceitos e propostas de ação para a gestão universitária desenvolver e implementar medidas de igualdade, diversidade e família. A universidade tem um programa em formato digital sendo construído para permitir a mobilidade independente e a independência da PCD dentro de seus edifícios. Em âmbito federal, a Alemanha conta com a lei geral de igualdade, disponibilizada no site da Friedrich-Alexander-Universität.

A Westfälische Wilhelms-Universität Münster, Alemanha, se baseia no Livro do Código de Segurança Social Alemão que entrou em vigor em 2018 e foi incorporada na Lei Federal de Participação da Alemanha. O elemento central no Nono Livro estabeleceu o direito legal dos indivíduos com deficiência de participar da vida social de maneira autodeterminada e determinou a remoção de obstáculos à igualdade de oportunidades. A Universidade tem um programa de financiamento chamado BAföG que, entre outras funções, visa diminuir os gastos extras relacionados à deficiência.

A University of Oulu, Finlândia, sujeita seu serviço online à Lei Sobre o Fornecimento de Serviços Digitais e à Diretiva de acessibilidade da UE, o qual exige que os serviços públicos online sejam acessíveis. Seus requisitos se aplicam ao serviço online da Universidade a partir de 23 de setembro de 2020.

A University of Turku, Finlândia, elaborou um Plano de Igualdade cujo objetivo é construir uma universidade inspiradora, estimulante e interativa, onde seja um “prazer estudar e trabalhar” Cada membro da comunidade universitária deve levar em consideração as questões de não discriminação e igualdade e promover a não discriminação em seu trabalho e atividades. O conselho da Universidade incluiu em seu Plano de igualdade metas para os seguintes temas: não discriminação e

igualdade no ensino e aprendizagem, igualdade e não discriminação na política pessoal, acessibilidade e disponibilidade de ambientes de trabalho e estudo; abordando o assédio e a discriminação.

A universitat de Zurich, Suíça, conta com o guia online Uniability EZH, o departamento é responsável pelas políticas internas que garantem a igualdade de oportunidade entre todas as pessoas. Porém o site não se aprofunda no tema.

A Portland State University, Estado Unidos, tem como missão tornar a vida universitária acessível aos alunos com deficiência. Identificam, avaliam e reduzem ou eliminam barreiras ao acesso e equidade dos alunos. A Universidade, uma das mais organizadas com suas políticas de acessibilidade, define em seu regimento interno a existência de um assistente de cuidados pessoais que pode auxiliar o aluno com deficiência em suas atividades diárias, a Política de Animais de Assistência da PSU e também padrões básicos de colocação em sala de aula, por exemplo:

- 1) Deve haver um corredor central na parte de trás da sala à frente com pelo menos 40cm de largura;
- 2) O espaço entre fileiras de mesas deve ter pelo menos 36cm de largura;
- 3) As mesas acessíveis precisam ter um espaço de 60x60 atrás delas para que um aluno que usa cadeira de rodas ou scooter seja capaz de se sentar na mesa, se afastar e virar;
- 4) Uma maneira fácil de se certificar de que a mesa destinada ao aluno com deficiência está acessível é colocá-la de forma que haja um caminho direto da porta até a mesa e espaço atrás para a pessoa manobrar conforme necessário;
- 5) Se você precisar mover as carteiras em grupos, tenha em mente a distância de 36cm e o corredor de 40cm e coloque os móveis em suas posições iniciais no final da aula para que os alunos com deficiência possam entrar na sala e saber se orientar no local.

Além de contar com a colaboração de todos os atores envolvidos na faculdade, o Disability Resource Center se certifica a monitorar e garantir a aplicabilidade das políticas da Universidade.

A Tennessee Technological University, Estados Unidos, apresenta em seu site regimentos focados na confidencialidade das informações do aluno com deficiência. O aluno não é obrigado a revelar a natureza de sua deficiência ao corpo docente, colegas de classe ou funcionários além da equipe do Accessible Education Center. O fato do aluno receber uma hospedagem devido sua deficiência, é uma informação protegida pela lei de Direitos e Privacidade da Educação da Família (FERPA). Caso o aluno seja maior de 18 anos, pode solicitar que as informações não sejam entregues mesmo aos pais. Além disso, os alunos são obrigados a enviar a documentação apenas uma vez, desde que permaneçam matriculados, no entanto, necessitam de uma reunião semestral, pessoalmente ou online, para garantir que as acomodações ainda estejam adequadas.

Para finalizar o este tipo de acessibilidade, podemos listar os seguintes pontos principais:

1. Apoio em leis federais e municipais;
2. Grupo de especialistas para desenvolver propostas à comunidade universitária;
3. Financiamento para cobrir gastos relacionados deficiência;
4. Metas para melhorias da política de acessibilidade;
5. Padrões básicos de organização;
6. Políticas que envolvem todos os atores educacionais;
7. Confidencialidade de informações relacionadas às pessoas.

5.7 Acessibilidade natural

Nenhuma das Universidades apresentou pontos de acessibilidade natural em seu site. Para esse tipo de acessibilidade, poderiam ser classificadas ações que garantem visitas de campo acessíveis. Por exemplo, em um curso de biologia, quando houver um estudo de campo sobre animais selvagens, o qual necessita que os alunos estejam em contato direto com a floresta, as universidades deveriam dar o suporte necessário para garantir a equidade de oportunidade para todos os alunos. Porém, em uma escola de negócios, esse tipo de acessibilidade é pouco visível e até pouco necessária tendo em vista que o ambiente natural raramente faz parte desse tipo de curso.

5.8 Proposições

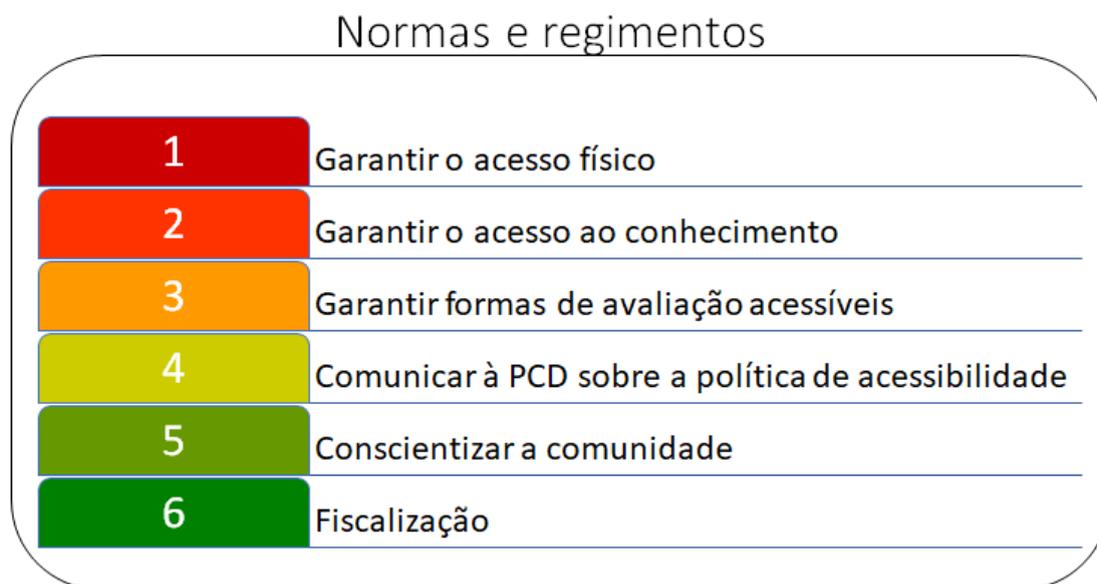
Ao término da pesquisa, percebe-se a dificuldade de encontrar um modelo de políticas de acessibilidade perfeito, ideal a ser seguido. O tema demanda uma visão macro, para englobar todos os tipos de PCD, mas também uma visão micro, para atender as demandas e peculiaridades de cada caso. Por isso, torna-se necessário um olhar cuidadoso e atencioso para definir as diretrizes de um plano de políticas de acessibilidade funcional e que respeite as individualidades.

Não é possível definir uma universidade que tenha uma política de acessibilidade melhor do que as outras. Algumas adversidades como idioma, restrição de acesso às partes do site dedicadas aos alunos e imprecisão sobre todas as ações realizadas pelas instituições impossibilita o julgamento. Porém, pode-se definir qual universidade disponibilizou mais informações em seu site de forma acessível, o primeiro lugar ficou dividido entre a Westfälische Wilhelms-Universität Münster, Alemanha, e a Portland State University, Estado Unidos.

A partir do presente estudo, quais aspectos um plano de acessibilidade deveria abordar?

A base de uma política de acessibilidade robusta está em como suas normas e regimentos abordam o assunto. Em outras palavras, todos os tipos de ações afirmativas devem ser apresentadas e descritas dentro da acessibilidade programática, a qual pode utilizar como referência leis federais, estaduais e/ou municipais.

Tabela 4: Esquematização para a construção de uma política de acessibilidade



Fonte: Elaboração própria

O primeiro passo para um aluno com deficiência chegar à universidade é o acesso físico, que precisa ser adequado. Neste ponto, estão inclusos elevadores, rampas, corrimões, sanitários adaptados, pisos planos em bom estado de conservação, piso tátil, mapa tátil, padrões de disposição dos móveis em sala de aula, vagas demarcadas, mobiliários acessíveis, como lixeiras, cadeiras, armários, mesas etc. Ao disponibilizar o mínimo necessário para que a PCD possa se locomover no local, parte-se para o próximo passo.

É necessário garantir que o aluno com deficiência tenha acesso ao conhecimento transmitido dentro e fora da sala de aula. As universidades contam, além das aulas, com grupos de estudo, de pesquisas, eventos e outros meios que são instrumentos poderosos para a formação acadêmica dos indivíduos. As ações afirmativas que condizem com esse objetivo podem se materializar em:

- Uma plataforma digital adaptada para PCD¹, com possibilidade de:
 - Aumento das letras;
 - Utilização de contraste de tela;

¹ Um sistema administrativo para matrícula e requerimentos, semelhante ao que na USP é conhecido por “Sistema Júpiter”.

- Acessibilidade em libras²;
- Descrição sonora dos itens.
- Disponibilização de documentos acessíveis: textos para utilização didática, documentos burocráticos (matrícula, requerimentos), com possibilidade de impressão em Braille, conversão dos documentos em texto-voz;
- Programas de apoio à aprendizagem:
 - Grupos de estudo monitorado;
 - Apoio a investigações bibliográficas: catálogos de referências em áudio, profissional da ciência da informação dedicado;
 - Estações de estudos acessíveis;
 - Um auxiliar responsável por apoiar as atividades do dia a dia da PCD, como legendagem, anotações e descrição de imagens, figuras e de outros materiais apresentados em sala de aula;
 - Utilizar auto-descrição no início de aulas, palestras, eventos e encontros;
 - Tecnologia assistiva;
 - Aparelhos auditivos indutivos.

Agora que o aluno tem acesso ao conhecimento, é necessário garantir que as provas, testes e exames admissionais sejam aplicados de maneira que sustentem a oportunidade para que todos consigam demonstrar o que foi aprendido de forma equitativa. Pode ser disponibilizado tempo extra, salas silenciosas e sem distração, uma pessoa para fazer anotações, outras formas de avaliação como apresentações, redações de artigos, trabalhos práticos ou outras formas criativas para avaliar o aprendizado do aluno, etc. Vale ressaltar mais uma vez que formas variadas e disruptivas de aplicar avaliações são benéficas para todos os alunos, pois estimulam outras habilidades como oratória ou criatividade, por exemplo, sem prejudicar a conferência do aprendizado.

Após definir as ações que possibilitam o acesso da PCD às universidades, é necessário garantir que ela tenha conhecimento dessas ações mesmo antes de ser inserida na comunidade acadêmica. Uma maneira simples de alcançar esse objetivo é disponibilizar as políticas de acessibilidade no site da universidade para que toda a comunidade tenha conhecimento da maneira que a instituição trata o tema. Para a

² Por exemplo: <https://handtalk.me/br>.

PCD que já está imersa na comunidade acadêmica pode ser utilizado um boletim semanal com atualizações sobre o tema, placas sinalizadoras com texto em braille e design inclusivo, mapa em braille em pontos estratégicos, etc. Esse tipo de exposição comunica não apenas a PCD, mas também a comunidade como um todo o posicionamento da universidade e a importância de se respeitar a acessibilidade.

Para garantir a total inclusão da PCD, é necessário voltar o olhar para a comunidade e garantir a conscientização de todos para extinguir comportamentos preconceituosos. Pode-se contar com um departamento antidiscriminação responsável por fomentar eventos com o intuito de conscientizar a comunidade, fomentar debates, aconselhamentos individuais e também julgar os casos de discriminação.

Para que a política de acessibilidade funcione bem e também se sustente, é necessário meios de fiscalização e também manter contato direto com a comunidade PCD para entender quais são os reflexos das ações que estão sendo executadas. Para isso, é possível manter alguns representantes da PCD para todos os atores educacionais, entidades para representar a PCD, departamento antidiscriminação, como já citado, contato frequente entre a diretoria e a comunidade etc. Dessa maneira, é possível estabelecer um efeito de retroalimentação, o qual possibilita avaliar os resultados, melhorar as atuações e otimizar os processos.

6 Conclusões

No início, o presente estudo contava com uma lista de 74 universidades. Porém, foram estudadas a fundo 8 universidades, pois estas contavam com políticas de acessibilidades robustas. Dessa forma, foi possível levantar todas as ações afirmativas de cada universidade. Verificou-se, portanto, que a maior parte delas não tem uma política de acessibilidade ou, pelo menos, não comunica à comunidade pelo seu site, o que acontece também com a FEA-RP. É importante que a PCD saiba com antecedência ao se dirigir àquele ambiente, qual tipo de política ela pode esperar.

Após descrever as políticas de acessibilidade de cada universidade, foi possível propor um conjunto de diretrizes que, não apenas a FEA-RP, mas outras

universidades e, eventualmente, empresas poderiam seguir para obter um bom processo de acolhimento da PCD. Um ambiente adequado para pessoas com deficiência é um ambiente que traz benefícios inclusive para a PSD.

Sendo assim, os objetivos a que este trabalho propôs, foram alcançados

Para pesquisas futuras, sugere-se uma análise mais profunda entre as 8 universidades. Sabe-se que todas contam com uma política de acessibilidade bem estruturada, porém, um contato direto com uma pessoa de dentro das universidades pode culminar em descobertas de ações ainda não listadas em seus respectivos sites. Além disso, alguns tipos de acessibilidade carecem de um conhecimento do local físico para que sejam bem analisadas, como por exemplo, a acessibilidade comunicacional. Esse tipo de acessibilidade abrange placas e avisos no local. Dificilmente uma universidade alertaria sobre um mapa em braile existente na entrada de seus edifícios em seu site, embora seja uma informação útil a ser apresentada para a comunidade.

Como outra possibilidade para seguir se aprofundando no tema, sugere-se uma pesquisa com os alunos, professores e funcionários com deficiência para validação das ações encontradas. Ouvir, entender e analisar as respostas deles podem gerar um efeito de lapidação na política de acessibilidade, afinal de contas, são os mais afetados por essas decisões.

A principal limitação encontrada durante a pesquisa foi a falta de organização da maioria dos sites das universidades, somada com a escassez de informações, diferença de idiomas e também alguns portais destinados apenas aos alunos da instituição.

Ao observar o resultado final, percebe-se que as diretrizes podem ser utilizadas em qualquer nível de educação, ultrapassando as limitações das escolas de negócios, e até mesmo em instituições judiciárias, por exemplo.

Referências

BAMPI, Luciana Neves da Silva; GUILHEM, Dirce; ALVES, Elioenai Dornelles. Modelo social: uma nova abordagem para o tema deficiência. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**. Ribeirão Preto: 18(4):[09 telas], jul-ago 2010. Disponível em https://www.scielo.br/pdf/rlae/v18n4/pt_22.pdf. Acesso em 30 nov. 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL, **Decreto Legislativo Nº 186**, de 9 de agosto de 2008. Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/2008/decretolegislativo-186-9-julho2008-577811-norma-pl.html> Acesso em: 05 fevereiro 2015.

BRASIL, **Decreto Legislativo Nº 6.949**, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm Acesso em: 05 fevereiro 2015

BRASIL. **Lei 12. 146 de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 27 out. 2020.

DINIZ, Debora; BARBOSA, Lívia; SANTOS, Wederson Rufino dos. Deficiência, direitos humanos e justiça. **Sur, Revista internacional de direitos humanos**. São Paulo , v. 6, n. 11, p. 64-77, Dez. 2009 . Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-64452009000200004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 28 out. 2020.

FIGUEIRA, Emilio. **Caminhando em Silêncio**: Uma introdução à trajetória da pessoa com deficiência na história do Brasil. São Paulo, Giz Editorial, 2008.

FRANCO, João Roberto; DIAS, Tércia Regina da Silveira. A educação de pessoas cegas no Brasil. **Revista Averso do Averso**. Revista da Faculdade da Fundação Educacional Araçatuba. v.5, n.5, p. 74-81. Araçatuba, Fundação Educacional Araçatuba, 2007. Disponível em:
http://feata.edu.br/downloads/revistas/avessodoavesso/v5_artigo05_educacao.pdf. Acesso em 18 nov. 2020.

GARCIA, Vinicius Gaspar. As pessoas com deficiência na história do Brasil. **Bengala legal**. Rio de Janeiro, Bengala legal, 02.10.2011. Disponível em:
<http://www.bengalalegal.com/pcd-brasil>. Acesso em: 22 janeiro 2015

IBGE. Censo Demográfico 2000 – Características Gerais da População. Resultados da Amostra. IBGE, 2010. Disponível em
<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html?=&t=downloads>. Acesso em: 29 de setembro de 2020.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SILVA, Joice de Oliveira Epifânio. **A inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho: os sentidos da lei de cotas para os gestores de recursos humanos da região metropolitana do Rio de Janeiro**. Dissertação (Mestrado em Administração) - Instituto de Ciências Sociais Aplicadas/Instituto Multidisciplinar/Instituto Três Rios, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em:
<http://cursos.ufrj.br/posgraduacao/ppga/files/2017/09/DISSERTA%C3%87%C3%83O-JOICE-DE-OLIVEIRA-EPIF%C3%82NIO-DA-SILVA-PPGA-TURMA-2015.pdf>. Acesso em 22 nov. 2020.

LANNA JÚNIOR, Mário Cléber Martins (Comp.). **História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil**. Brasília, Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010.

LEÃO, Gabriel Bertozzi de Oliveira e Sousa; SOFIATO, Cássia Geciauskas. A Educação de Cegos no Brasil do Século XIX: Revisitando a História. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 25, n. 2, p. 283–300, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382019000200283#:~:text=A%20primeira%20tentativa%20de%20sistematiza%C3%A7%C3%A3o,pelo%20deputado%20Corn%C3%A9lio%20Ferreira%20Fran%C3%A7a. Acesso em: 7 Novembro de 2020.

MAIOR, Izabel. Breve trajetória histórica do movimento das pessoas com deficiência. **Programa Estadual de Prevenção e Combate à Violência contra Pessoas com Deficiência**. Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência, São Paulo, /s.d./ Disponível em: <http://violenciaedeficiencia.sedpcd.sp.gov.br/pdf/textosApoio/Texto2.pdf>.

MORI, Nerli Nonato Ribeiro; SANDER, Ricardo Ernani. História da educação dos surdos no Brasil. **Anais do XIII Seminário de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade Estadual de Maringá**. Maringá, NEVES, Luciana; BAMPI, Silva; GUILHEM, Dirce; *et al.* Artigo de Revisão. [s.l.: s.n.], 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/rlae/v18n4/pt_22.pdf. Acesso em: 18 Nov. 2020.

NETO, Casimiro. **Cronologia Histórica e Legislativa de Governo no Brasil (velha). Portal da Câmara dos Deputados (2005)**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/conheca/historia/cronol.html>. Acesso em: 24 Novembro 2020.

NONATO, Nerli; MORI, Ribeiro; SANDER, Ricardo. História da educação dos surdos no Brasil. **Seminário de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação na Educação**. Maringá, Universidade Estadual de Maringá, 02 - 04 dez.2015. Disponível em:

http://www.ppe.uem.br/publicacoes/seminario_ppe_2015/trabalhos/co_04/94.pdf.

Acesso em: 18 nov. 2020.

OKADO, Giovanni Hideki Chinaglia; QUINELLI, Larissa. **Megatendências Mundiais 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): uma reflexão preliminar sobre a "Nova Agenda" das Nações Unidas**. Revista Baru-Revista Brasileira de Assuntos Regionais e Urbanos, v. 2, n. 2, p. 111-129, 2016.

PESSOA com deficiência. Dados e Indicadores. **Dados sobre a deficiência no Brasil. Ministério Público do Paraná**, /s.d./. Disponível em:

<https://pcd.mppr.mp.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=622>. Acesso em: 24 nov. 2020.

STROBEL, Karin. **História da educação do surdo**. Universidade Federal de Santa Catarina Licenciatura em Letras-LIBRAS na modalidade a distância. [s.l.: s.n.], 2009. Disponível em:

http://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoEspecificica/historiaDaEducacaoDeSurdos/assets/258/TextoBase_HistoriaEducacaoSurdos.pdf. Acesso em: 20 novembro. 2020.

PROGRAMA de Ação Mundial para as Pessoas Deficientes - 1982 - Direito dos Portadores de Deficiência. **Biblioteca Virtual de Direitos Humanos**. Comissão de Direitos Humanos da USP. Disponível em:

<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Direito-dos-Portadores-de-Defici%C3%Aancia/programa-de-acao-mundial-para-as-pessoas-deficientes.html#:~:text=A%20f%20inalidade%20do%20Programa%20de,vida%20social%20e%20no%20desenvolvimento>. Acesso em: 18 Nov. 2020.

Vídeos

TV UNESP. Ciência Sem Limites. **Acessibilidade no ensino superior**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-sBKBUbe04>. Acesso em: 24 Nov. 2020.

INCLUSÃOSP SEDPCD. **Da invisibilidade à Cidadania: os caminhos da pessoa com deficiência - Libras - Parte 1**. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=bN44QENPWBA>. Acesso em: 29 Out. 2020.

INCLUSÃOSP SEDPCD. Da invisibilidade à Cidadania: os caminhos da pessoa com deficiência - Libras - Parte 2. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=LeTZrT0bvXy>. Acesso em: 29 Out. 2020.

INCLUSÃOSP SEDPCD. Da invisibilidade à Cidadania: os caminhos da pessoa com deficiência - Libras - Parte 3. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=tWASzfJ2TbY>. Acesso em: 29 Out. 2020.

INCLUSÃOSP SEDPCD. Da invisibilidade à Cidadania: os caminhos da pessoa com deficiência - Libras - Parte 4. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=3JLJzEAoKSs>. Acesso em: 29 Out. 2020.

Site das universidades pesquisadas

Carl von Ossietzky Universität Oldenburg - <https://uol.de/>

Eberhard Karls Universität Tübingen - <https://uni-tuebingen.de/>

Ernst-Abbe-Fachhochschule Jena - <https://www.eah-jena.de/startseite>

Friedrich-Alexander-Universität Erlangen-Nürnberg - <https://www.fau.eu/>

Hochschule Neu-Ulm - <https://www.hnu.de/>

Hochschule Ruhr West - <https://en.hochschule-ruhr-west.de/>

Hochschule Worms - <https://www.hs-worms.de/>

Westfälische Wilhelms-Universität Münster - <https://www.uni-muenster.de/en/>

University of Wollongong - www.uow.edu.au

FHWien der WKW - <http://www.fh-wien.ac.at/>

Université libre de Bruxelles - <https://www.solvay.edu/en/>

Ku Leuven - <https://www.kuleuven.be/english/>

Ecole Pratique des Hautes Etudes Commerciales - <http://www.ephec.be/>

Concordia University of Edmonton - <http://concordia.ab.ca>

Université Laval - <https://www.ulaval.ca/>

Universidad de La Frontera - juridicasyempresariales.ufro.cl

Institución Universitaria Politécnico Grancolombiano - <http://www.poligran.edu.co>

Universidad EAFIT - www.eafit.edu.co

Universidad de Ibagué - www.unibague.edu.co

University of Ulsan - <http://en.ulsan.ac.kr>

Kyung Hee University - <https://www.khu.ac.kr/eng/main/index.do>

Keimyung University - <http://www.kmu.ac.kr/english/>

Chonnam National University - <http://web.chonnam.ac.kr>

Univerza V Ljubljani - <http://www.ef.uni-lj.si/en>
Universitat Pompeu Fabra - <http://www.econ.upf.edu>
Universidade da Coruña - www.udc.es
Universidad Francisco de Vitoria - <http://www.ufv.es>
Universidad de Cantabria - www.unican.es
University of Southern California - priceschool.usc.edu
University of New Mexico - <http://www.unm.edu/>
Tennessee Technological University - <https://www.tntech.edu/cob>
Purdue University - <http://www.purdue.edu>
Portland State University - <https://www.pdx.edu/>
University of Turku - <https://www.utu.fi/en>
University of Oulu - <https://www.oulu.fi/university/>
Université de Montpellier - <https://www.umontpellier.fr/>
Université de Lorraine - <http://welcome.univ-lorraine.fr/en>
Toulouse Business School - <https://www.tbs-education.fr/en>
Paris School of Business - <https://www.psbedu.paris/en>
KEDGE Business School - www.kedgebs.com
Institut Mines - <https://www.imt-bs.eu/en/>
INSEEC Business School - <https://www.inseec-bs.com/>
IÉSEG School of Management - <http://www.ieseg.fr/en>
IDRAC Business School - <http://www.idrac-business-school.com/>
Groupe ESG Écoles de Commerce - <https://www.groupeesg.fr/>
ESSCA École de Management - <http://www.essca.fr>
École Supérieure du Commerce Extérieur - <http://esce.fr/>
École de Management de Normandie - <http://www.ecole-management-normandie.fr>
Breda University of Applied Sciences - <https://www.buas.nl/en>
Università degli Studi di Roma La Sapienza -
<https://www.uniroma1.it/it/pagina-strutturale/home>
Università degli Studi di Modena e Reggio Emilia - www.unimore.it
Kindai University - www.kindai.ac.jp
ESCA - <http://www.esca.ma/en/>
Universidad Nacional Autónoma de México - <http://www.fca.unam.mx/>
Høgskolen i Oslo og Akershus - <https://www.oslomet.no/en>
Universidad Peruana de Ciencias Aplicadas - <https://www.upc.edu.pe/>

Pontificia Universidad Católica del Perú - <https://www.pucp.edu.pe/>
Uniwersytet Ekonomiczny w Katowicach - www.english.ue.katowice.pl
Universidade Portucalense - www.upt.pt
Universidade de Lisboa - <https://www.iseg.ulisboa.pt/aquila/instituicao/ISEG/>
Universidade de Coimbra - <http://www.uc.pt/feuc>
Universidade da Madeira - <http://estg.uma.pt/?IDM=PT&>
Universidade Aberta - <http://portal.uab.pt/>
Instituto Politécnico de Viana do Castelo - <http://www.ipvc.pt/instituicao>
Instituto Politécnico de Setúbal - www.ips.pt
University of Surrey - <http://www.surrey.ac.uk/>
Omsk State Pedagogical University - <http://www.omgpu.ru/en>
Umeå Universitet - www.umu.se
Zürcher Hochschule für Angewandte Wissenschaften - <https://www.zhaw.ch>
Université de Genève - <http://www.unige.ch/>
Universität Zurich - www.uzh.ch
Universität Luzern - <http://www.unilu.ch>
OSTIM Technical University - <https://www.ostimteknik.edu.tr/>
Koç University - <http://www.ku.edu.tr/en/>